



Congresso aprova crédito para União, estados e municípios

Senadores e deputados autorizaram projetos para a liberação de verbas suplementares. Um deles é destinado à segurança pública do Rio de Janeiro. Parlamentares de outros estados protestaram

O Congresso aprovou ontem três propostas que autorizam verba extra para estados e municípios. Um deles transfere quase R\$ 4,5 bilhões, referentes à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para geração de energia elétrica e pela exploração de gás, de petróleo e de recursos naturais, entre outros.

Já a votação de um crédito suplementar de R\$ 3 bilhões para o governo federal, parte do valor destinada à segurança pública do Rio de Janeiro, gerou discussão no Plenário.

O valor foi obtido com a

anulação de dotações orçamentárias e de emendas de execução não obrigatória apresentadas por comissões e bancadas estaduais.

Parlamentares questionaram a retirada de recursos para programas de seus estados. Randolfe Rodrigues, por exemplo, disse que a saúde do Amapá ficou sem R\$ 15 milhões. Parlamentares do Nordeste criticaram a retirada de dotações para a reforma agrária. Diante das reclamações, o relator informou que o governo deve mandar um projeto ao Congresso para atender as demandas. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Eunício (C) comandou a sessão do Congresso que aprovou créditos para União, Estados, Distrito Federal e municípios

Para convidados, educação do país exclui pobres

A forma como é estruturado o modelo de educação adotado no país está longe de ser inclusivo, o que acaba prejudicando especialmente os pobres e negros. Essa foi uma das conclusões da audiência que a Comissão de Educação promoveu ontem para debater os significativos índices de reprovação e evasão escolar, em que o Brasil é campeão mundial.

De acordo com especialistas, há subfinanciamento e desperdício de recursos, o que desmotiva estudantes e professores. **4**



Gilberto Firmino

Escola municipal na Paraíba: índices de reprovação no país são recorde

Debate propõe mudança cultural para prevenir feminicídios

Em audiência da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, as participantes apontaram necessidade de entender a questão de gênero como motivação do feminicídio e de considerar o recorte racial, pois o número de crimes contra mulheres negras é muito maior. **8**

Plenário vai analisar proposta que restringe uso de carros oficiais

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e segue para o Plenário o projeto que limita o uso de carros oficiais à Presidência e Vice da República, às Presidências do Senado, da Câmara e do Supremo, aos ministros de Estado e aos comandantes das forças militares. **5**

Audiência critica insegurança jurídica em negócios no país

Participantes de debate na Comissão Temporária de Reforma do Código Comercial disseram ontem que, no Brasil, predomina um ambiente hostil aos negócios. Para eles, a realidade precisa ser mudada com a adoção de regras claras e a redução de leis e de exigências burocráticas. **7**

Projeto normatiza funcionamento de partidos políticos **5**

Veto parcial à Lei do Microcrédito é mantido **3**

Pessoas com deficiência poderão ter auxílio de cães de assistência

A exemplo do que é permitido hoje a cegos com cães-guia, outras pessoas com deficiência poderão ter o direito de ser acompanhadas por cães de assistência em locais públicos e privados.

Projeto aprovado ontem na

Comissão de Direitos Humanos prevê, por exemplo, que uma pessoa com deficiência auditiva pegue um ônibus auxiliado por um cão-ouvinte, treinado para alertar sobre sinais sonoros. A proposta deve seguir para a Câmara. **6**



IFC

Cão-guia é treinado, no Instituto Federal Catarinense, para auxiliar deficientes

Projeto proíbe pulverização aérea de agrotóxico **4**

CPI dos Cartões de Crédito aprova plano de trabalho **2**

CPI quer explicações sobre juros de cartões de crédito

Comissão aprovou plano de trabalho que prevê audiências, a partir de 9 de maio, com empresas, lojistas, consumidores e reguladores de mercado, e apresentação do relatório em 27 de junho

A CPI DOS Cartões de Crédito quer ouvir empresas do setor para saber quais os critérios usados para calcular os juros cobrados dos consumidores. As audiências fazem parte do plano de trabalho da comissão parlamentar de inquérito, aprovado ontem. Também estão previstos convites a representantes dos consumidores e lojistas. A CPI deve ainda ouvir os reguladores do mercado, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Banco Central e o Ministério da Fazenda.

O presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), questionou as altas taxas de juros. Segundo o senador, a falta de concorrência no mercado de cartões estimula a prática de cartel.

— No mercado brasileiro só



Ataídes Oliveira e Fernando Bezerra Coelho na comissão de inquérito

as bandeiras Visa e Mastercard representam 90% de todo o movimento. Quem sabe seja esse o grande problema? — criticou.

O relator da CPI, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) disse que a comissão precisa ouvir representantes de consumidores e lojistas sobre os

benefícios da compra e venda no cartão, e as emissoras e credenciadoras, sobre a formação dos preços e o que pode ser feito para que haja redução.

A primeira audiência deve ocorrer em 9 de maio, e a apresentação do relatório está prevista para 27 de junho.

Eunício recebe eletricitários contrários a privatização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu na terça-feira o deputado Odorico Monteiro (PSB-CE) e represen-

tantes do Coletivo Nacional dos Eletricitários, que entregaram um dossiê contrário à privatização da Eletrobras, prevista

na Medida Provisória 814/2017

A MP também inclui as empresas controladas pela Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização. São elas: Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica.

Eunício disse que é a favor da ampliação do debate e não pretende pautar o texto “de afogadilho”. A MP aguarda exame de comissão mista e depois será votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Eunício (ao centro, à direita) debate MP com eletricitários e senadores

Colegiado marca para 8 de maio votação da MP da Eletrobras

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre a privatização da Eletrobras e de suas seis subsidiárias marcou para o dia 8 de maio a votação do relatório. A data foi acertada entre governo e oposição após a leitura ontem do relatório sobre a MP 814/2017, do deputado Julio Lopes (PP-RJ).

Parlamentares da oposição criticaram o documento por considerarem que ele nada tem a ver com o texto original da MP e que sua leitura deveria ser feita em outra oportunidade, assegurando mais prazos e até novas audiências públicas, caso necessário.

— Esse relatório mexe tanto com termoelétrica quanto com cotização, mexe com dutos de gás, com tarifa social. É como se ele remodelasse o setor elétrico — criticou a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

O presidente da comissão, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), tentou argumentar que se tratava apenas do relatório. E que qualquer adiamento de votação comprometeria o trabalho do colegiado, já que a MP perde a validade em junho e há dois feriados até lá.

Instituição Fiscal apresentará avaliação semestralmente

A Instituição Fiscal Independente (IFI) deverá apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a evolução do quadro fiscal brasileiro até o fim de cada semestre. A determinação está no Projeto de Resolução 5/2018, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta é uma iniciativa da CAE e recebeu parecer favorável do relator, José Pimentel (PT-CE). O texto segue agora para análise do Plenário em regime de urgência.

Na justificativa do projeto, a comissão ressalta que “o material produzido pelos economistas da IFI tornou-se referência no debate público e acadêmico sobre economia e contas públicas”. Assim, esse encontro semestral teria a finalidade de potencializar a atuação da instituição dentro e fora do Senado.

Pimentel afirmou ainda que a iniciativa aperfeiçoará o funcionamento da IFI, que elabora estudos sobre as receitas, despesas, dívidas, renúncias e outras variáveis econômico-fiscais relevantes. “Trata-se de fazer cumprir as razões que levaram esta Casa a criar esse importante órgão de assessoramento”.

MP do Ministério da Segurança é prorrogada por mais 60 dias

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a prorrogação, por 60 dias, da vigência das Medidas Provisórias 821/2018 e 822/2018.

Publicada em 27 de fevereiro, a MP 821 criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Entre as principais atribuições do novo ministério, está a integração da segurança pública em todo o território nacional, em cooperação com os demais entes federativos (estados, municípios e Distrito Federal). Também são competências do novo ministério planejar e administrar a política penitenciária nacional e coordenar a ouvidoria das polícias federais.

Tributos federais

Já a MP 822 dispensa, até 31 de dezembro de 2022, os órgãos da administração pública federal direta da retenção de quatro tributos federais nas compras de

passagens aéreas com uso do Cartão de Pagamentos do governo federal, também conhecido como cartão corporativo. Na justificativa, o governo alegou que a dispensa da retenção era necessária porque os cartões corporativos não discriminam, nas faturas mensais, os tributos que incidem sobre as passagens aéreas compradas por órgãos públicos. Sem a informação, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que centraliza as compras de bilhetes aéreos para os órgãos públicos, não teria como reter antecipadamente os tributos.

A MP 822 também revogou um dispositivo da Lei 13.594/2018, que limitou o benefício do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), em 2018 e 2019, aos valores previstos nas leis orçamentárias dos dois anos.

Comissão avaliará segurança das barragens brasileiras neste ano

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai avaliar a Política Nacional de Segurança de Barragens. O requerimento, de Elmano Férrer (Pode-PI), foi aprovado ontem.

Elmano destaca relatório de 2016 da Agência Nacional de Águas (ANA), referente à segurança de barragens. De acordo com o documento, foram analisadas 3.691 barragens na Categoria de Risco e 4.159 quanto ao Dano Potencial Associado.

Ao todo, 695 barragens foram classificadas simultaneamente como Categoria de Risco e Dano Potencial Associado altos. Os fiscalizadores listaram 25 barragens que, na visão deles, mais preocupam

por possuírem algum comprometimento importante que impacta a sua segurança.

No entanto, diz o senador, do total de 22.920 barragens identificadas, 18.761 ainda não foram classificadas. Além disso, apenas 12.580 (55%) estão regularizadas e possuem algum tipo de ato de autorização, como outorga, concessão, autorização, licença, entre outros.

Regina Sousa (PT-PI), que subscreveu o requerimento, relatou que no Piauí existem problemas com barragens.

— Houve muita chuva este ano e como as construções são antigas, a preocupação é de que se tenha a obrigatoriedade de revisões periódicas nessas barragens.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Planos de saúde

9h Audiência sobre democracia e direitos humanos, com foco nos planos de saúde.

CDR Forró

9h Evento no Rio de Janeiro para debater proposta de salvaguarda à cultura do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

CRE Embaixadores

9h Sabatina de nomes para embaixadas no Cazaquistão e no Reino Unido.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Abre a pauta o PDS 18/2018, sobre acordo com chineses na área aduaneira.

CSF Líderes comunitários

16h Debate sobre lideranças comunitárias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

União, estados e municípios terão crédito extra

Congresso aprovou ontem projetos que garantem recursos suplementares destinados, por exemplo, à segurança pública no Rio de Janeiro. Parlamentares de outros estados protestaram

O CONGRESSO APROVOU ontem três projetos que abrem crédito suplementar para diversos órgãos do governo federal e também para estados e municípios. Os textos agora seguem para a sanção do presidente da República.

Um dos projetos aprovados é o que transfere para estados, Distrito Federal e municípios crédito suplementar de quase R\$ 4,5 bilhões (PLN 3/2018). As transferências referem-se à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para geração de energia elétrica, pela exploração de recursos minerais e pela produção de petróleo e gás natural, entre outros.

Também foi aprovado um crédito suplementar de R\$ 3 bilhões em favor de diversos órgãos do Executivo federal (PLN 4/2018), parte dos quais destinados à segurança do

estado do Rio de Janeiro.

Os R\$ 3 bilhões vêm da anulação de dotações orçamentárias e de emendas de execução não obrigatória, apresentadas por comissões e bancadas estaduais. O relator, deputado Cacá Leão (PP-BA), explicou que fez alguns ajustes no texto, cancelando o remanejamento de pouco mais de R\$ 1,1 bilhão.

O projeto, cujo valor original era de R\$ 4,2 bilhões, provocou muita discussão em Plenário. Vários parlamentares reclamaram da retirada de recursos para programas ou projetos em seus estados. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o projeto tem a cara de Michel Temer, que fez a pobreza voltar a crescer. Segundo o senador, o texto retira R\$ 15 milhões da saúde do Amapá. Parlamentares do Nordeste apontaram a retirada



Rogério de Sá/Agência Senado

Projetos aprovados pelo Congresso abrem crédito suplementar para órgãos do governo, estados e municípios

de dotações para a reforma agrária e para a agricultura familiar. Diante das reclamações, o relator informou que o governo deve mandar ao Congresso um outro projeto, com ajustes para atender as demandas.

Integração

A terceira proposta transfere para cinco ministé-

rios crédito suplementar de R\$ 439,5 milhões (PLN 5/2018). A maior parte dos recursos (R\$ 210 milhões) vai para o Ministério da Integração Nacional. Serão beneficiados também as pastas da Saúde, Fazenda, Cidades e Transportes, Portos e Aviação Civil. O Ministério da Saúde foi o segundo a receber mais recursos —

R\$ 150 milhões. O dinheiro vai para a estruturação de academias da saúde e o controle da população de animais em situações excepcionais.

Bancadas da oposição entraram em obstrução e o PSOL chegou a apresentar um requerimento para adiar a votação, mas a sugestão foi vencida e o projeto foi aprovado.

Mantido veto parcial à Lei do Programa de Microcrédito

O Congresso decidiu manter o veto a dispositivo da lei que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que concede pequenos empréstimos a empreendedores de baixa renda (Lei 13.636, de 2018).

Como a votação dos deputados, ontem, não alcançou o mínimo de 257 votos necessários para a derrubada do veto, os senadores sequer precisaram votar. Foram 202 votos a favor da manutenção do veto, 73 contra o veto, uma abstenção e 34 votos em obstrução.

O veto parcial 10/2018 refere-se ao projeto de lei de conversão (PLV 1/2018) resultante da MP 802/2017, aprovado no Senado em 18 de março. Ao sancionar a lei, o presidente Michel Temer vetou, “por contrariedade ao interesse público”, dispositivo que fixava em 2% ao mês as taxas de juros efetivas nas operações de microcrédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O dispositivo vetado proibia ainda a cobrança de qualquer outra despesa, à exceção da taxa de abertura

de crédito de 3% sobre o valor do empréstimo.

Temer explicou que a definição, por lei, da taxa de juros ou outra taxa aplicável a operações de crédito dificulta eventuais ajustes por mudanças na política monetária, o que pode prejudicar a oferta de crédito e os objetivos da política de microcrédito.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado foi instituído em 2005, durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula, e tem o objetivo de incentivar a

geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares.

Controle externo

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou nova convocação de sessão conjunta do Congresso para 2 de maio. Estão na pauta matérias orçamentárias e o projeto de resolução do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que institui a Jornada Nacional de Controle Externo (PRN 3/2017). O relator é João Alberto Souza (PMDB-MA).

Avança proposta de punição mais rigorosa para presos fugitivos

Presos envolvidos em rebeliões que resultem em fuga poderão ser punidos com mais rigor. Com esse objetivo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de Raimundo Lira (PSD-PB) que endurece a pena aplicada aos detentos. O texto é terminativo na comissão e segue para a Câmara se não houver recurso para análise em Plenário.

O PLS 157/2016 aumenta a punição prevista no Código Penal pela prática de “evasão mediante violência contra a pessoa”. Atualmente, o preso que tenta fugir ou facilita a fuga dos demais usando atos de violência pode ser condenado a detenção de três meses a um ano pela fuga e ser punido ainda pela violência praticada.

O projeto quer ampliar a pena de detenção de seis meses para dois anos, mantendo a punição correspondente à violência. Para Lira, a “suavidade da reprimenda” aplicada hoje acaba por estimular revoltas para fuga de presos.

“É preciso que os detentos saibam que a fuga praticada com violência receberá uma punição mais severa”, afirma ele na justificativa.

No relatório favorável, Cidinho Santos (PR-MT) considerou ser “muito desproporcional” a pena imposta aos presos fugitivos.

Comissão aprova novas hipóteses de perda do poder familiar

Projeto que amplia as hipóteses de perda do poder familiar para condenados que cometem crime contra a própria família foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta (PLC 13/2018), da deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), inclui entre os crimes o feminicídio, lesões gravíssimas e abuso sexual. O texto segue para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto modifica o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990) para incluir entre as possibilidades de perda do poder familiar, de tutela ou de curatela os crimes dolosos (com intenção) sujeitos à pena de reclusão cometidos contra filho ou



Pedro Franco/Agência Senado

Marta Suplicy apresenta à comissão relatório favorável à proposta

filha e contra pessoa que detém poder familiar igual ao do condenado — por exemplo, seu cônjuge ou companheiro, mesmo que divorciado.

A atual legislação prevê a perda do poder familiar somente nos casos de crime doloso contra filho, tutelado ou curatelado.

O projeto de lei também altera o Código Civil (Lei 10.406, de 2002) para especificar a perda do poder familiar pela condenação por crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte quando se tratar de crime doloso e envolver violência doméstica

e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Em caso de estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito a pena de prisão, também haverá a perda do poder familiar.

Relatório

Marta Suplicy (PMDB-SP), relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos, ressaltou que o poder familiar é instituído em favor da família e de seus membros, e não “uma liberdade absoluta para cometer quaisquer violências ou iniquidades contra a própria família”.

— Não faz sentido manter o poder familiar de quem atente contra as pessoas com as quais, ou sobre as quais, esse poder é exercido — afirmou a senadora.

Para especialistas, modelo educacional não é inclusivo

Convidados de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação afirmaram que a forma como está estruturado o sistema de educação provoca a exclusão dos mais pobres e dos negros

O BRASIL É campeão mundial em reprovação e evasão escolar, num modelo educacional marcado por subfinanciamento e desperdício de recursos, além de desmotivação de boa parte dos estudantes e professores. Esse é o quadro atual da educação básica no país, segundo especialistas que participaram de audiência pública ontem na Comissão de Educação (CE).

O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, apontou que os milhões de estudantes que todos os anos são reprovados ou abandonam a escola traduzem um modelo voltado para a exclusão social dos mais pobres.

Cara advertiu que a grande maioria dos alunos que desistem ou reprovam provém das periferias e são negros, o

mesmo segmento mais vitimado pela repressão policial, pois ainda predomina no país a ideia de que os direitos e a cidadania não são para todos.

— Nosso modelo na prática nega a promoção da cidadania para amplos segmentos sociais. É esse tipo de concepção que está por trás da militarização das escolas, conduzida por alguns governos estaduais. A militarização só ocorre nas periferias das grandes cidades, pois entende-se que esses jovens têm que ser domados, mais do que educados.

O representante do Ministério da Educação, Raph Alves, confirmou que pesquisas conduzidas pela pasta corroboram que a cultura da reprovação predominante no modelo brasileiro é uma das principais causas de desmotivação, insucesso e abandono escolar.

Fátima Bezerra (PT-RN) lembrou que é a relatora da PEC que torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) uma política permanente (PEC 24/2017).

Ela confirmou que trabalha num desenho institucional para aumentar a participação da União no financiamento do fundo, que hoje gira em torno de 10%. Para a senadora, o Fundeb é um caminho para que o setor dribles os “efeitos perversos” do teto de gastos na área social (Emenda Constitucional 95), mas que o ideal é que o próximo governo revogue o teto.

Investimentos

Além de mais verbas, a área também precisa rediscutir “com urgência e sem hipocrisia” como esses recursos são investidos, na opinião do educador João Batista Araujo, do Instituto Alfa e Beto.

Os trabalhos foram conduzidos por Telmário Mota (PTB-RR), que concordou com o diagnóstico de que a educação básica passa por um quadro de profunda crise estrutural.

— São 3 milhões de alunos reprovados todos os anos, um caso único no mundo que traduz como qualquer outro que esse modelo não é funcional



Telmário (2º à esq.) comanda audiência com Alves (E), Araujo e Cara

Comissão vai discutir efeitos da reforma trabalhista

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai promover seminário para avaliar o primeiro ano da reforma trabalhista, ainda sem data marcada, e discutir o Estatuto do Trabalho, cuja proposta deve ser apresentada no dia 10 de maio, anunciou o senador Paulo Paim (PT-RS).

O estatuto foi elaborado pela subcomissão especial da CDH criada para propor uma

nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Estatuto do Trabalho. A iniciativa dos debates foi de Paim. Ele explicou que a lei trabalhista em vigor prejudicou os empregados e criou insegurança jurídica.

— Teremos um instrumento que vai recuperar tudo aquilo que foi retirado pela reforma.

Um exemplo de perda de direitos acontece com os trabalhadores terceirizados do

Senado, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela informou que o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas exigiu que o Senado ajustasse os contratos às novas regras trabalhistas, o que causará redução dos salários.

Por sugestão de Jorge Viana (PT-AC), a CDH vai apresentar manifestação à Presidência do Senado e à direção da Casa em defesa dos trabalhadores.

RÁPIDAS

PROFISSIONAIS DE TI PODERÃO OPTAR PELO MEI E PELO SIMPLES

Desenvolvedores de sistemas na informalidade poderão ser enquadrados no regime de Microempreendedor Individual (MEI) e optar pelo Simples Nacional. É o que prevê a Sugestão Legislativa 59/2017, aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que passa a tramitar no Senado.

COMISSÃO SENADO DO FUTURO VAI DISCUTIR PAZ NOS ESTÁDIOS

A Comissão Senado do Futuro (CSF) aprovou requerimento de audiência sobre a perspectiva de paz nos estádios. O autor é o presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF). O colegiado aprovou também debate sobre o futuro da Universidade de Brasília (UnB), tendo em vista as restrições que vem sofrendo.

ESCOLAS PODERÃO TER QUE OFERECER ACESSO A LEGISLAÇÃO

As escolas podem ser obrigadas a oferecer ao público acesso à Constituição, à CLT, aos Estatutos da Criança e do Adolescente, da Juventude, do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência e à Lei Maria da Penha. É o que diz o PLS 325/2015, aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos.

PROJETO DETERMINA REGISTRO DE VEÍCULO DE GUIAS DE TURISMO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta que determina o registro de veículo de guia de turismo que usar seu próprio carro ou moto no trabalho. A medida está prevista no PLC 23/2014, que segue para análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Pulverização aérea de pesticida em plantações pode ser proibida

A pulverização aérea de agrotóxicos em plantações poderá ser proibida no Brasil. É o que propõe projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que agora segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O PLS 541/2015, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), também veda o registro de produtos que tenham como ingredientes glifosato, carbofuran, fosmete e lactofen.

O autor argumenta que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, com mais de 1 milhão de toneladas por ano, e justifica que muitos dos herbicidas e pesticidas vendidos aqui estão banidos em outros países. Valadares

também adverte que a pulverização aérea em plantações contamina o meio ambiente e o uso indiscriminado desses produtos pode causar doenças, como câncer e autismo.

Contrário ao texto, Cidinho Santos (PR-MT) explicou que, embora a preocupação com a contaminação dos alimentos seja legítima, cabe à Anvisa analisar o registro dos defensivos. Para ele, o projeto pode prejudicar o agronegócio.

— Nós estamos cada vez mais na contramão, nós estamos retroagindo.

Para o senador Jorge Viana (PT-AC), a iniciativa busca proteger a saúde dos consumidores.

— É uma questão de saúde, de tomar cautela, de tomar cuidado.

Lira: preço de plano de saúde não vai cair com franquias

Raimundo Lira (PSD-PB) criticou proposta da Agência Nacional de Saúde Suplementar que estabelece o pagamento de franquias por usuários de planos de saúde.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

A agência alega que a medida vai permitir a redução do valor da mensalidade. Mas o senador disse acredita que isso seja uma farsa e lembrou que não se concretizou a promessa feita aos consumidores de redução nas tarifas aéreas quando a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) instituiu a cobrança pelo despacho de bagagens em aviões.

— São 3 milhões de alunos reprovados todos os anos, um caso único no mundo que traduz como qualquer outro que esse modelo não é funcional

Vanessa critica R\$ 209 milhões para publicidade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o governo Temer por remanejar o Orçamento da União para



Waldemir Bonetto/Agência Senado

destinar mais R\$ 209 milhões a ações de comunicação e publicidade da Presidência da República. De acordo com a senadora, esse será o destino da maior parte dos R\$ 260 milhões remanejados pelo governo.

Vanessa disse que, com a medida, o Amazonas, por exemplo, perdeu R\$ 16 milhões que seriam destinados à manutenção e recuperação da rodovia que liga os municípios de Humaitá e Lábrea.

Telmário acusa governo de cortar Bolsa Verde

Telmário Mota (PTB-RR) acusou ontem o governo Temer de tratar com descaso os programas para quem vive no campo, como o bolsa-verde, que paga trimestralmente R\$ 300 às famílias que prestam algum tipo de serviço ambiental, como a preservação das florestas.

Segundo ele, em 2015, foram pagos R\$ 94 milhões de Bolsa Verde. Em 2017, o valor caiu para R\$ 62 milhões. E, neste ano, não há previsão no Orçamento para o programa, prejudicando os povos indígenas.

Se o programa fosse levado a sério, diz, os índios teriam um estímulo a mais para permanecer fora da cidade.

Fátima denuncia atentado contra militantes do MST

Fátima Bezerra (PT-RN) classificou como uma violação dos direitos humanos e um ataque à democracia um episódio na madrugada da



Waldemir Bonetto/Agência Senado

terça-feira, no Rio Grande do Norte: cerca de 150 famílias do MST foram atacadas a tiros por uma milícia.

Para a senadora, a ação dos criminosos é resultado do descaso do governo federal com os sem-terra.

— É preciso mais do que nunca denunciar e combater com necessário vigor o avanço da intolerância, do ódio, da violência e do fascismo em nosso país.

Restrição de uso de carros oficiais vai a Plenário

Texto aprovado na CCJ veda o uso de veículos públicos, por exemplo, por senadores e deputados, magistrados federais e membros do TCU e do Ministério Público Federal

O PROJETO QUE restringe o uso de carros oficiais foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue agora para análise do Plenário.

De acordo com o PLC 97/2017, do deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), fica vedado o uso de automóveis, por exemplo, por titulares de cargo ou mandato eletivo, magistrados federais, membros do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Advocacia da União e da Defensoria Pública da União.

Assim, fica limitado o uso dos veículos à Presidência e Vice-Presidência da República, à Presidência do Senado e à Presidência da Câmara dos



Para Cássio, limitar o uso dos carros oficiais será medida moralizadora

Deputados, à Presidência do Supremo Tribunal Federal, aos ministros de Estado, aos comandantes das forças mi-

litares e ao chefe de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Com parecer favorável à me-

didada, o relator, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), disse considerar que não se pode permitir a continuidade do uso abusivo dos carros de representação.

— O setor público deve dar exemplo num país onde quase tudo é negado à população. A limitação do uso dos carros oficiais será uma medida moralizadora que vai ao encontro do anseio de uma população cansada de ver privilégios e escassez de toda ordem — afirmou Cássio.

Voto em separado

Sérgio Petecão (PSD-AC) apresentou voto em separado pela rejeição do texto. Apesar de assinalar “o elevado mérito do projeto, mormente no que se refere ao princípio da

moralidade que norteia a administração pública”, o senador sustentou que a proposta é inconstitucional por invadir a competência privativa dos Poderes da União de regular o funcionamento interno de seus órgãos.

“Em face da autonomia administrativa conferida pela Constituição aos Poderes da União, a proposição em exame, ao dispor sobre o uso de automóveis oficiais no âmbito da União, invade a competência desses Poderes para dispor sobre sua organização administrativa interna, não cabendo ao parlamentar, nesse caso, a iniciativa de lei”, argumentou Petecão na justificativa do voto em separado, rejeitado pela comissão.

Contrato de desempenho no setor público vai à Câmara

Em debate no Brasil desde os anos 1990, o modelo de administração no setor público ainda depende de edição de lei regulamentadora para ser aplicado. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o projeto que normatiza o contrato de desempenho — instrumento necessário para viabilizar o novo modelo de gestão — de órgãos e entidades da administração pública.

O PLS 459/2016, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise do Plenário.

O contrato de desempenho foi criado pela Emenda Constitucional 19, de 1998, para dar autonomia gerencial, orçamentária e financeira a órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Isso seria possível mediante contrato firmado entre seus

administradores e o poder público, onde estariam fixadas as metas de desempenho a serem alcançadas.

A Emenda 19 previa, entretanto, a edição de lei para regulamentar o contrato de desempenho, missão assumida, agora, pelo PLS 459/2016.

Mudanças

A relatora na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS) recomendou a aprovação do texto, mas com seis emendas, entre elas uma que limita o alcance do projeto à administração direta dos três Poderes da União e às autarquias e fundações públicas federais.

Na avaliação da senadora, a norma a ser gerada não pode incidir sobre os estados, os municípios e o Distrito Federal sob pena de ofensa à autonomia administrativa e orçamentária desses entes federados.

Avançam regras mais duras para partidos políticos

Projeto que aumenta a transparência e endurece as regras para o funcionamento dos partidos políticos foi aprovado por unanimidade ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão final, e deve seguir para a Câmara dos Deputados.

De autoria de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o PLS 60/2017 estabelece normas de funcionamento para as siglas partidárias, prática já aplicada por empresas privadas no combate a atos ilícitos.

O texto altera a Lei dos

Partidos (Lei 9.096, de 1995) e visa criar códigos internos de conduta, programa de auditorias e ferramenta de gestão dentro das legendas. Conforme o projeto, os partidos deverão responder direta e objetivamente pela prática de atos contra a administração pública cometidos por seus dirigentes, que também podem ser punidos.

Para Ferraço, se os parlamentares entenderem ser possível legislar sobre o funcionamento interno de uma empresa privada para coibir sua participação em atos ilí-

ditos contra a administração pública, com muito mais razão podem fazê-lo com relação aos partidos políticos, entes cuja íntima relação com a formação do Estado e a própria existência do regime democrático é evidente a todos.

— A necessidade de um choque de moralidade se faz em razão de tudo que foi divulgado e publicizado em relação à apropriação dessas instituições públicas para o atendimento de mesquinhos interesses pessoais e particulares — observou Ferraço.

Para o relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a adoção de *compliance* pode e deve ser considerada uma manifestação de boa vontade da direção partidária diante das necessidades de transparência e publicidade que a sociedade pode exigir quanto ao funcionamento de um partido político, especialmente quanto à forma de utilização dos recursos públicos que compõem o fundo partidário.



Relator, Antonio Anastasia (E), é favorável à proposta de Ricardo Ferraço

Roubo e furto de carga devem ter normas mais rígidas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem medidas para reforçar a repressão ao contrabando, ao descaminho, ao furto, ao roubo e à receptação de mercadorias. As ações estão no Projeto de Lei da Câmara 8/2018, que agora segue para análise do Plenário.

O projeto acrescenta dispositivo ao Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997) para punir com a cassação da habilitação ou proibição de obtenção do documento pelo prazo de cinco anos o motorista que usar o veículo para a prática de receptação,

descaminho e contrabando de mercadorias. A pena deve ser aplicada em caso de condenação transitada em julgado por algum desses delitos.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), relatora do texto na CCJ, sugeriu algumas modificações, como a que insere crimes de furto e roubo nessa relação, já que precedem a etapa da receptação.

O texto aprovado também dá ao condutor a possibilidade de requerer a reabilitação, desde que se submeta a todos os exames exigidos pelo CTB. No caso de prisão em flagrante pelos crimes já relacionados,

o juiz poderá, em qualquer fase da investigação ou ação penal, decretar a suspensão da permissão para dirigir ou a proibição da retirada da habilitação.

Outra emenda de Ana Amélia prevê a extinção da empresa que transportar, distribuir, armazenar ou comercializar produtos de contrabando, descaminho ou falsificados. Apesar de garantir, como no texto original, o direito à ampla defesa em processo administrativo, a emenda estabeleceu a perda da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Advogado poderá fazer defesa oral em mandado de segurança

O advogado poderá ter o direito de fazer perante os tribunais a defesa oral do pedido de liminar no julgamento de mandado de segurança. A possibilidade consta de projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto segue para análise do Plenário.

O PLC 76/2016 obriga o relator do processo — nos casos de competência originária dos tribunais — a conceder aos advogados a chance de fazer a defesa oral do pedido de liminar. Segundo o relator,

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), “é preciso outorgar aos advogados a faculdade de sustentar oralmente as suas razões perante o foro judicial a respeito do pedido de medida liminar em mandado de segurança individual ou coletivo. O direito à sustentação oral em sessões de julgamento nos tribunais é manifestação do direito de influir decisivamente no resultado do julgamento do processo, também visto como manifestação do princípio do contraditório”, reforça o senador.

Lei do Cão-Guia poderá beneficiar mais deficientes

Projeto aprovado ontem prevê que as pessoas com deficiência poderão ser acompanhadas de cães de assistência em locais públicos e privados, como cães-ouvintes, que alertam sobre sinais sonoros

AS PESSOAS COM deficiência poderão ter o direito de ser acompanhadas de cão de assistência em locais públicos e privados, abertos ao público ou de uso coletivo, a exemplo do que já é permitido a cegos com cão-guia. A medida consta de projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O PLS 411/2015 estende o direito, já garantido pela Lei do Cão-Guia (Lei 11.126, de 2005), para contemplar as demais categorias de cães de assistência, como cães-ouvintes, que alertam pessoas com deficiência auditiva sobre sinais sonoros, cães de alerta, cujos sentidos aguçados percebem quando alguém pode ter uma crise diabética, alérgica ou epilética, cães para autistas, que ajudam a confortar o usuário durante eventuais crises, e cães para cadeirantes, que abrem e fecham portas, pegam objetos pouco acessíveis ou caídos no chão e apertam botões de elevadores. O projeto é de autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI).

Segundo a relatora da proposta, senadora Regina Sousa (PT-PI), a Lei do Cão-Guia não incluiu essas categorias à



Pedro Franco/Agência Senado

Pelo texto aprovado na CDH, cães de serviço podem ficar em qualquer local

época da aprovação devido ao pouco conhecimento sobre a importância do cão em outras atividades. Para ela, a permanência dos usuários com cães de serviço em qualquer local deve ser amparada em lei, como já acontece com os cães-guia. A senadora ressalta, no entanto, não ser adequado listar em lei quais deficiências devem ser contempladas.

“É mais prudente e conveniente deixar essa listagem a cargo da regulamentação infralegal, que dispõe sobre a identificação dos cães de serviço, principalmente para evitar fraudes, como a apresentação de um animal de companhia como sendo de serviço”, disse no parecer.

De acordo com o texto,

serão objeto de regulamentação os requisitos mínimos para identificação do cão de assistência, a forma de comprovação de treinamento do usuário, o valor da multa e o tempo de interdição impostos à empresa de transporte ou ao estabelecimento público ou privado responsável pela discriminação ou impedimento da entrada do cão.

A senadora apresentou emenda para evitar embarços ao ingresso e à permanência com os cães em locais de uso individual, como cabines de banheiros. A proposta foi aprovada em decisão terminativa. Se for não houver recurso para votação pelo Plenário, seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

Perda auditiva de um lado deverá dar direito a cota

Portadores de perda auditiva em apenas um dos ouvidos poderão ser considerados legalmente pessoas com deficiência. O projeto que assegura o acesso a direitos foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Com a aprovação do PLC 23/2016, o portador de deficiência auditiva unilateral poderá ter direito à reserva de vagas em concursos públicos e à Lei de Cotas (Lei 8.213, de 1991), que determina a contratação de percentuais variados de pessoas com deficiência por empresas, proporcionalmente ao número de empregados.



Pedro Franco/Agência Senado

Paim ressalta as barreiras enfrentadas por pessoas com surdez unilateral

Atualmente, o Decreto 5.296, de 2004, restringe o enquadramento como deficiente à pessoa com perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de

500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

O relator da matéria, Paulo Paim (PT-RS), apresentou emenda propondo regra de transição. A proposta agora volta para a Câmara.

Paciente de quimioterapia pode ter preferência de atendimento

Pacientes que se submetem a quimioterapia ou radioterapia como tratamento para o câncer poderão entrar no rol de pessoas com atendimento prioritário. Projeto com esse objetivo, do senador Romário (Pode-RJ), foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em decisão final.

Se não houver recurso para apreciação em Plenário, o texto segue para a Câmara.

O PLS 403/2016 estende aos pacientes com câncer os direitos estabelecidos na Lei 10.048, de 2000, que dá prio-

riedade de atendimento. Também garante aos pacientes o uso de assentos reservados nos serviços de transporte público ou coletivo.

Romário justificou o projeto com o argumento de que a radioterapia e a quimioterapia provocam fortes efeitos colaterais, como mal-estar e deficiência imunológica e, por isso, as pessoas em tratamento não têm condições físicas para enfrentar filas demoradas.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS).

Comissão aprova novo símbolo para identificação de idosos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou projeto determinando que o símbolo usado para a identificação lugares reservados a idosos não pode ser pejorativo nem classificar todos os maiores de 60 anos como cidadãos frágeis. O projeto foi votado em decisão final na CDH e deve seguir para a Câmara.

O PLS 126/2016, de Waldeir Moka (PMDB-MS), sugere que a identificação de idosos junto a assentos e vagas reservados e filas preferenciais, seja expressa com pictografia

baseada objetivamente na idade mínima de 60 anos, e não mais com figura de pessoa arqueada sobre uma bengala.

O parecer da relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), foi favorável. No entanto, ela retirou os dispositivos que modificavam a identificação das pessoas com deficiência (uma cadeira de rodas estática). Marta lembrou que o pictograma é o símbolo internacional de acessibilidade, criado em 1969 com base nas definições da Organização Internacional de Padronização (ISO).

Projeto que permite internação diurna de idosos vai à Câmara

Uma proposta que permite a instituições que desenvolvem programas de internação de idosos oferecer também programas limitados aos períodos matutino e vespertino foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O PLS 648/2015 altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003) e deve seguir agora para a Câmara.

O autor, Alvaro Dias (Pode-PR), explica que grande parte dos adultos trabalha durante o dia e não tem condições de arcar com os custos de cui-

dadores particulares. Assim, sem a opção de internação por meio período, muitas pessoas acabam optando pela institucionalização continuada, para que os idosos da família tenham os cuidados de que necessitam, em detrimento da convivência familiar.

Favorável à proposta, a relatora, Ângela Portela (PDT-RR) observou que a medida assegura ao idoso os cuidados necessários — quando não puderem ser prestados pela própria família — sem retirá-lo do convívio familiar pelo restante do dia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

No Brasil, ambiente é hostil aos negócios, aponta debate

Para especialistas que participaram de audiência na Comissão Temporária de Reforma do Código Comercial, é preciso acabar com a insegurança jurídica. Relatório de Pedro Chaves deve ser apresentado neste semestre

NO BRASIL PREDOMINA um ambiente hostil aos negócios, e essa realidade precisa ser mudada com a adoção de regras claras e a redução de leis e de exigências burocráticas confusas, atrasadas e esparsas.

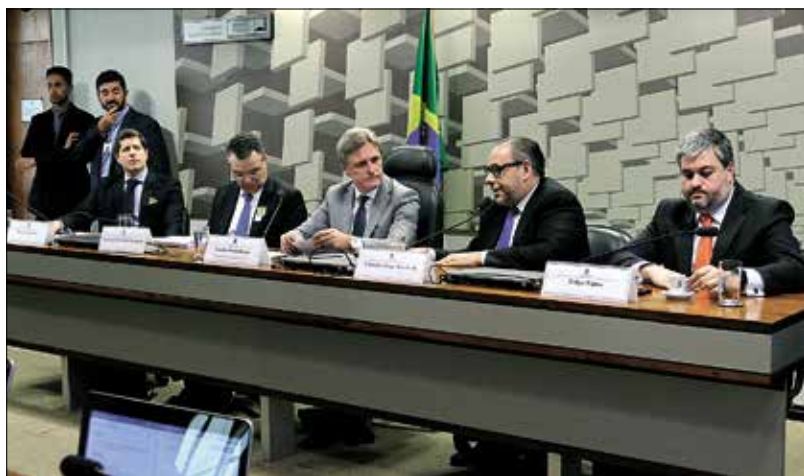
A avaliação foi feita ontem pelo representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Felipe Fabro em audiência sobre o ambiente de negócios no Brasil.

O debate foi promovido pela Comissão Temporária de Reforma do Código Comercial, que trata do PLS 487/2013. Elaborado por uma comissão de juristas, o texto é relatado pelo senador Pedro Chaves (PRB-MS), que deve apresentar suas conclusões até o final de junho.

Fabro ressaltou que é preciso fomentar as atividades econômica e empresarial sem privilegiar setores, reduzir custos e a insegurança jurídica para ter previsibilidade.

— Não existe desenvolvimento social sem o exercício da atividade econômica, e só teremos emprego se a atividade for estimulada e protegida, como determina a Constituição — afirmou.

Na avaliação do presidente do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa



Dário Berger (C) comanda o debate sobre o ambiente de negócios no Brasil

(IREE), Walfrido Jorge Warde Jr., o projeto significa uma ruptura entre a metodologia que prevalece no Código Civil, que trata indistintamente o direito das obrigações e o direito comercial. Ele defendeu a adoção de um código com princípios próprios.

— Resta saber se devemos continuar com esse desregramento ou desbordá-lo em direção a uma instrumentalização específica das relações comerciais.

Já o professor da Fundação Getulio Vargas Márcio Guimarães disse que o Brasil fica para trás porque não tem regramento claro e preciso quanto à insolvência da empresa transnacional.

— O Brasil vai avançar muito

incorporando ao ordenamento jurídico as regras de insolvência transnacional — afirmou Guimarães.

Por sua vez, o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcelo Fernandes Trindade apontou riscos do novo código.

— O que pode acontecer de pior é ter um Código Comercial que não pegue. O segundo desafio é como aplicar o código, que pretende estabilidade em seu conteúdo, num mundo em que as situações da realidade transformam-se praticamente diariamente. Precisamos de leis comerciais que sejam facilmente atualizáveis.

Flexa Ribeiro destaca aprovação de novas regras para criar e fundir municípios

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou ontem a aprovação, por comissão especial da Câmara, do PLS



199/2015 — Completar, que normatiza a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. O texto foi aprovado sem alterações e por unanimidade, destacou Flexa — Estes brasileiros que sofrem por se encontrar em localidades onde a administração municipal é quase zero, em razão das longas distâncias, em especial, da região amazônica, mostraram sua força, quando lotaram a comissão.

Ataídes critica altos juros cobrados pelas operadoras de cartões de crédito

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que as taxas de juros cobradas pelas operadoras de cartão de crédito no Brasil são um crime de usura.

Segundo o senador, em 2016 os juros cobrados de quem não pagou a fatura completa do cartão chegaram a 494% ao ano, enquanto a taxa básica de juros, a Selic, ficou

em 14,25%. Já em 2017, os juros cobrados no rotativo do cartão ficaram em 334% contra 6,75% da Selic. Para Ataídes, as justificativas dadas pelas operadoras — inflação, spread bancário e inadimplência — não se sustentam.

— A inadimplência no Brasil do cartão rotativo é de apenas 5%.

Ângela critica ação da PGR contra emenda sobre servidores de ex-territórios

Ângela Portela (PDT-RR) manifestou surpresa com a decisão da Procuradoria-Geral da República (PGR) de ingressar com ação direta de inconstitucionalidade para anular os efeitos da Emenda Constitucional 98. A emenda enquadra na União os servidores



que trabalharam na instalação dos estados de Rondônia, Roraima e Amapá.

— O direito desses servidores está garantido, não por lei ordinária, mas por emenda constitucional aprovada na Câmara e no Senado depois de anos de negociações e deliberações.

Gleisi Hoffmann aplaude decisão da Segunda Turma do STF e defende Lula

Gleisi Hoffmann (PT-PR) aprovou a decisão do Supremo de enviar para São Paulo trechos da delação de ex-executivos da Odebrecht para São Paulo.



para a Justiça Federal de São Paulo os processos contra Lula. Ela ressaltou que a decisão não apresenta o fim da Lava Jato, mas estabelece que Lula foi condenado à prisão ilegalmente através de um "processo viciado".

A senadora avalia que a Segunda Turma do tribunal "botou ordem" na situação, deslocando

Comissão aprova MP dos Fundos Constitucionais

A medida provisória que muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) foi aprovada ontem, em comissão mista. A nova metodologia leva em conta as desigualdades regionais.

A MP 812/2017 foi aprovada na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 10/2018) e ainda terá de ser votada pelos plenários da Câmara e do Senado.

A metodologia de cálculo estabelecida pelo texto se baseia na nova Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu, a partir de 1º de janeiro, a antiga Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Um bônus levará em conta as diferenças regionais, medidas pelo Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR). Também haverá diferença nas taxas de acordo com o Fator de Programa, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto. O texto estabelece também um benefício para o pagamento em dia dos empréstimos. Os fundos de desenvolvimento associados aos fundos constitucionais terão as mesmas regras, mas não terão bônus por adimplência.

Financiamentos em saneamento básico e logística terão juros mais baixos, por exemplo, enquanto o capital de giro para empresas de maior porte terá um

bônus menor.

O texto foi aprovado com mudanças acatadas pela relatora, deputada Simone Morgado (PMDB-PA). Entre elas estão a inclusão de pessoas físicas entre os beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais e a criação de uma categoria específica para microempresas e empresas de pequeno porte.

Foram alteradas, ainda, regras do financiamento estudantil. Entre as outras mudanças incluídas pela comissão mista estão a previsão de que outros bancos possam ser operadores dos fundos e a nova sistemática para definir o teto da receita de taxa de administração pelos bancos.

Medeiros critica afastamento de Moro das delações que mencionam ex-presidente

A decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de, na prática, afastar o juiz Sérgio Moro dos processos relacionados ao ex-presidente Lula, foi criticada por José Medeiros (Pode-MT).

O STF decidiu que as delações dos ex-executi-



vos da Odebrecht não têm relação com a Petrobras, investigada pela Lava Jato.

— Está em curso, obviamente, uma estratégia para soltar o líder e, depois, torná-lo candidato. Mas eu questiono: se for para soltar um, tem que soltar todos.

Lasier critica decisão do Supremo de retirar de Moro processos de Lula

Lasier Martins (PSD-RS) criticou ontem a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) pela decisão de retirar do juiz federal Sérgio Moro, que julga os processos da Operação Lava Jato, os trechos das delações dos ex-executivos



da construtora Odebrecht que envolvem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Alguns jornais dizem hoje que "o Supremo derrota Sérgio Moro". Eu acho que está errada a manchete. Supremo derrota o Brasil.

Lindbergh elogia posição do STF sobre processo envolvendo ex-presidente

Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou a decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal de enviar para a justiça federal de São Paulo trechos da delação de ex-executivos da construtora Odebrecht referentes ao ex-presidente



Lula. Lindbergh Farias destacou que Sérgio Moro não é o juiz natural dos casos do sítio em Atibaia e da compra do terreno do Instituto Lula em São Paulo. Esses casos, na sua opinião, não têm nada a ver com a Petrobras.

Fim do feminicídio depende de mudança cultural, conclui debate

Mulheres apontam necessidade de entender a questão de gênero como motivação do feminicídio e de considerar o recorte racial

MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS SÃO necessárias para acabar com a violência contra a mulher, segundo os participantes da audiência da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher que debateu ontem a aplicabilidade da Lei do Feminicídio (Lei 13.140, de 2015).

A consultora técnica do Ministério da Saúde Cheila Marina de Lima indicou que quase 20% dos óbitos de mulheres no Brasil, de 2011 a 2015, tinham relação com histórico de situações de violência. Além de um problema de segurança, para a consultora, a violência contra a mulher é um problema de saúde pública e de violação de direitos humanos.

— A mulher que sofre qualquer tipo de violência tem sete vezes mais o risco de sofrer morte violenta, 30 vezes mais de se matar e 20 vezes mais de ser assassinada por feminicídio — afirmou.

Cheila também indicou que de 2000 a 2015 o número de mulheres negras mortas por feminicídio passou de 1.713 para quase 3 mil, enquanto o de mulheres brancas apresentou uma redução de 1.809 para 1.509.

Segundo a ativista da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal Joseanes Santos, quando se computa dados sobre violência, o recorte racial deve ser considerado.

Para a representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Roberta Astolfi, o maior objetivo relacionado ao feminicídio, como questão de segu-



Lia Zanotta, Aline Yamamoto, Cheila Marina, deputada Flávia Moraes e Joseanes Santos

rança, é mudar a visão sobre o crime.

— Mais do que buscar o aumento de penalidade previsto na lei, o que importa é pensar a questão de gênero como explicação para parte dos homicídios de mulheres — disse.

A pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Lia Zanotta destacou que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) e a Lei do Feminicídio já representaram os passos iniciais para a mudança cultural. Ela observou ainda que por muito tempo a violência contra a mulher foi a “violência mais invisível”.

Além da mudança de perspectivas socioculturais, o coordenador de Prevenção Social da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Rafael Raef Rocha, disse serem necessárias medidas preventivas para combater a violência e o

feminicídio.

A consultora da ONU Mulheres Aline Yamamoto afirmou que o continente latino-americano é uma região de altos índices de violência contra as mulheres. Dos 25 países com as mais altas taxas de mortes violentas de mulheres, 19 estão na América Latina, apontou.

Idade

A pesquisadora Jackeline Romio, doutora em Demografia, apresentou os resultados do estudo em que identificou três categorias de feminicídios: reprodutivo (casos de aborto), doméstico (por violência conjugal) e sexual (por meio de agressão física, abuso e estupro). A pesquisa mostra que a maior parte das vítimas de feminicídio doméstico se encontra entre os 15 e 49 anos de idade.

Agressor pode ter que cobrir benefícios pagos a vítima de violência

Condenados por violência doméstica e familiar contra a mulher poderão ser obrigados a ressarcir os cofres da Previdência Social por benefícios pagos em decorrência desse crime. A medida está prevista em projeto da senadora Marta Suplicy (PT-SP), aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com o PLS 282/2016, que segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Previdência terá a possibilidade de ajuizar ação regressiva contra os responsáveis por esse tipo de delito após o trânsito em julgado da sentença. O ressarcimento aos cofres públicos não exclui a responsabilização civil de quem praticou a violência.

“É fundamental que os agressores sejam coibidos, controlados e reeducados para o respeito à dignidade humana”, afirmou Marta na justificativa do projeto.

Lacuna

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), observou não existir previsão legal de ajuizamento de ação regressiva vinculada a crimes dolosos que resultem em lesão corporal, morte ou perturbação funcional causados por violência doméstica contra a mulher.

“É imprescindível que essa lacuna seja preenchida em nosso ordenamento jurídico, até porque o exercício do direito de regresso tem, para além da finalidade ressarcitória, forte caráter punitivo-pedagógico”, disse Lúcia Vânia no relatório.

Ferrogrão pode prejudicar moradores e o meio ambiente, aponta audiência

Em reunião conjunta das comissões de Infraestrutura (CI) e de Direitos Humanos (CDH) ouviram ontem representantes da sociedade civil e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre a construção da ferrovia Ferrogrão. Participantes do debate se queixaram que moradores de cidades por onde a ferrovia deve passar não foram ouvidos e cobraram a continuidade das audiências públicas para discutir o projeto.

Com 933 km de extensão, a Ferrogrão — ferrovia que pode conectar a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao

porto de Miritituba (PA) — vai impactar a vida de milhares de moradores, índios e trabalhadores da região, segundo os participantes ouvidos. Quem é contra a obra também receia que a ferrovia atinja ambientalmente a região, já que o novo corredor para escoamento de produção vai passar por áreas que abrigam unidades de conservação, como Jamaxim e Tapajós.

O representante da ANTT Fernando Formiga negou que a ferrovia causará prejuízos ambientais, sobretudo em terras indígenas. Ele afirmou que audiências públicas estão

sendo realizadas na região onde a ferrovia vai passar, mas que o processo de consulta pública teve de ser suspenso por conta de manifestações populares.

— Os índios impediram que

a Agência fizesse a audiência pública em Itaituba (PA) e a agência teve toda boa vontade de fazer esses encontros e ainda permanece com essa intenção. Após colher essas contribuições a agência está

na iminência de elaborar um relatório final — anunciou.

Caciques Caiapós e Apiaçás afirmaram no debate que, se o governo não dialogar, pretendem incendiar os equipamentos de construção.

Autor do pedido da audiência, Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que vai pedir à ANTT a realização de uma audiência na região para tratar dos impactos em terras indígenas.

Ao lado do senador José Pimentel (PT-CE), ele deve visitar as localidades mais afetadas pelo projeto para construir uma solução com a agência.



Se não houver diálogo, caciques ameaçam incendiar equipamentos

MP muda prazo de plano de desenvolvimento urbano

A votação do relatório da comissão mista sobre a medida provisória que prorrogou para 2021 o prazo para que 83 regiões metropolitanas entreguem seus planos de desenvolvimento urbano integrado (PDUI) foi marcada para 8 de maio.

O texto, do deputado Fausto Pinato (PP-SP), seria votado ontem, mas os parlamentares pediram vista coletiva para analisar as mudanças feitas pelo relator na MP 818/2018.

Pelo Estatuto da Metrópole (Lei 13.089, de 2015), os planos deveriam ser elaborados até janeiro de 2019.

O governo argumenta que até o momento “não há PDUI elaborado de acordo com os requisitos exigidos pelo Estatuto da Metrópole, sendo que apenas 7 regiões metropolitanas, das 20 mais importantes do país, iniciaram o plano”. Pinato manteve esse ponto da MP, mas retirou a responsabilização por im-

probidade administrativa dos governadores que deixarem de aprovar o PDUI.

— Estendemos o prazo de apresentação para que os prefeitos não se acomodem e realmente haja essa política de mobilidade urbana, que é de suma importância para a população. Mas que prefeitos e governadores não incorram na Lei de Responsabilidade e sejam acusados de improbidade — justificou.

Com Agência Câmara

RÁPIDAS

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS PODE SER PREMIADO

O Senado pode instituir a Honraria Naiara Soares Gomes, destinada a premiar anualmente cinco pessoas ou empresas que tenham desenvolvido iniciativas relevantes no combate à violência contra crianças e adolescentes. O prêmio está previsto em projeto de resolução (PRS 9/2018), aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto segue para o Plenário. A honraria será entregue em cerimônia pelo Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão, celebrado em 4 de junho. O nome do prêmio homenageia uma menina de sete anos, raptada, estuprada e morta em março deste ano, em Caxias do Sul (RS).

RÁPIDAS

CONDUTOR DE AMBULÂNCIA PODE TER APOSENTADORIA ESPECIAL

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, por unanimidade, o projeto que concede aposentadoria especial aos condutores de ambulância. Oriundo de uma sugestão legislativa acatada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o PLS 349/2017 segue para análise do Plenário. O projeto traz como justificativa a necessidade de tutelar a saúde desses trabalhadores, que ficam em contato permanente com agentes nocivos à saúde. O relator da proposta foi o senador Paulo Paim (PT-RS).